A movimentação dos passivos de arrendamento durante o período de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Máquinas e equipamentos agrícolas	Terras	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2021	260.741	57.162	43.081	7.225	368.209
Adições por novos contratos e remensurações (i)	198.413	2.793	3.009	291	204.506
Pagamentos efetuados	(94.238)	(17.170)	(13.257)	(4.443)	(129.108)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	13.143	3.414	2.386	438	19.381
Baixas	(3.159)	–	–	–	(3.159)
Saldos em 31 de março de 2022	374.900	46.199	35.219	3.511	459.829
Adições por novos contratos e remensurações (i)	36.657	2.322	108.375	5.366	152.720
Pagamentos efetuados	(91.776)	(13.377)	(21.532)	(6.308)	(132.993)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	19.678	7.472	5.625	594	33.369
Baixas	(54.649)	(451)	–	(6)	(55.106)
Saldos em 31 de março de 2023	284.810	42.165	127.687	3.157	457.819

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola. Os saldos a pagar tem a seguinte composição de vencimento:

	31/03/2023	31/03/2022
2023	–	107.577
2024	91.036	98.022
2025	78.666	79.552
2026	69.989	64.445
2027	59.697	46.459
A partir de 2028	158.431	63.774
	457.819	459.829

15. Fornecedores:

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Fornecedores - no Brasil:			
- materiais, serviços, investimentos e outros		41.080	38.193
- cana-de-açúcar e parcerias agrícolas		15.659	21.545
- produtos acabados		63	55
Fornecedores - no Brasil:			
- PRJ		34.036	64.271
- partes relacionadas	10(a)	1.031	1.761
- partes relacionadas - PRJ	10(a)	21	21
		91.890	125.846
Classificados como:			
Passivo circulante			
Fornecedores		(57.752)	(61.554)
Fornecedores - sujeitos ao PRJ[1]		(31.809)	(31.071)
Passivo não circulante			
Fornecedores		81	–
Fornecedores - sujeitos ao PRJ[1]		2.248	33.221
		91.890	125.846

16. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação (Nota 2.16).

Modalidade e classificação de acordo com o PRJ	Nota	Encargos anuais vigentes: Taxa	Indexador	Moeda	31/03/2023	31/03/2022	Vencimento
Finem	(a)						
Extraconcursal aderente		0%	115% CDI (Tranche A) [2]	BRL	420.710	488.212	
Extraconcursal aderente		0%	100% IPCA (Tranche B) [1 2]	BRL	106.937	7.850	
Garantia Real		0%	115% CDI (Tranche A) [2]	BRL	42.031	73.079	
Garantia Real		0%	100% IPCA (Tranche B) [1 2]	BRL	36.403	–	
Quirografário		0%	115% CDI (Tranche A) [2]	BRL	95.194	–	
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B) [1 2]	BRL	151.384	235.960	2034
					852.659	805.101	
Crédito Agroindustrial	(b)						
Garantia Real		0%	115% CDI (Tranche A) [2]	BRL	21.425	36.515	
Garantia Real		0%	100% IPCA (Tranche B) [1 2]	BRL	18.555	–	2034
Não submetidos ao PRJ		9,38%	–	BRL	6.020	7.739	
Não submetidos ao PRJ		3,50%	100% CDI	BRL	7.712	5.769	2026
					53.712	50.023	
Capital de giro	(c)						
Quirografário		0%	115% CDI (Tranche A)	BRL	12.352	11.596	
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B) [1]	BRL	19.643	18.677	2034
					31.995	30.273	
Finame	(d)						
Extraconcursal aderente		0%	115% CDI (Tranche A) [2]	BRL	19.973	23.404	2034
Extraconcursal aderente		0%	100% IPCA (Tranche B) [1 2]	BRL	5.077	–	2034
Não submetidos ao PRJ		9,68%	–	BRL	1.951	2.733	2025
					27.001	26.137	
Prorenova	(e)						
Quirografário		0%	115% CDI (Tranche A)	BRL	19.999	18.778	
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B) [1]	BRL	31.805	30.240	2034
					51.804	49.018	
(–) Custos de transação	(f)			BRL	(6.180)	(6.713)	2034
					1.010.991	953.839	
Passivo circulante					(61.502)	(16.985)	
Passivo não circulante					949.489	936.854	

Legenda: BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico; CDI: Certificado de Depósito Interbancário; IGPM: Índice Geral de Preço de Mercado; IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; PRJ: Plano de Recuperação Judicial; [1] Em 17 de março de 2023 foi formalizado Termo de Dação em Pagamento entre as Empresas do Grupo Atvos, onde foram transferidos os créditos detidos pelos credores financeiros da Tranche B do Plano de Recuperação Judicial naquela data à Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva"), controlada direta do novo controlador do Grupo Atvos, FIP Agroenergia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, mediante a emissão e posterior integralização de 6.391.642 Debêntures. Em 31 de março de 2023, os saldos atualizados dos créditos transferidos à Soneva relacionados à Companhia somam R$ 369.804, conforme nota explicativa nº 10. [2] No decorrer da safra 22/23, por força das impugnações de créditos dos credores aprovadas, houve a necessidade de transferência de créditos entre as classes e tranches, alterando os percentuais de alocação entre elas para as proporções originais (Tranche A - 80% Extraconcursal aderente x 54% Garantia Real x 39% Quirografário - Tranche B - 20% Extraconcursal aderente x 46% Garantia Real x 61% Quirografário), desconsiderando as alocações solicitadas pelos credores em suas impugnações, pois essas feriam as proporções da Tranche A previstas no Plano de Recuperação Judicial, na cláusula 3.15 e nos parágrafos 3.4, 3.7 e 3.8 contidos em seus anexos. (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola. (b) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio. (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro. (d) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas. (e) Linha de repasse de recursos do BNDES, com a finalidade de financiar a implantação e renovação de novos canaviais. (f) Custos incorridos na captação de recursos, apropriados ao resultado conforme amortização das dívidas relacionadas. Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no período:

	31/03/2023	31/03/2022
Saldo anterior	953.839	868.012
Captação de empréstimos e financiamentos	2.582	14.075
Amortização de principal	(11.831)	(1.775)
Amortização de juros	(44.950)	(684)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	111.351	74.211
Saldo no final do exercício	1.010.991	953.839

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

	31/03/2023	31/03/2022
2023	–	53.088
2024	71.212	84.109
2025	91.531	83.728
2026	87.807	82.517
2027	87.807	81.365
2028 a 2035	611.132	552.047
	949.489	936.854

Valor justo dos empréstimos: Em 31 de março de 2023, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R$ 944.344 (R$ 1.030.756, em 31 de março de 2022) e se aproxima, substancialmente, dos saldos contábeis que totalizam R$ 1.017.171 (R$954.784, em 31 de março de 2022). (saldo contábil desconsiderando os custos com transação e ajustes a valor presente). Garantias: Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens. *Covenants:* Em 31 de março de 2023 e 2022 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

17. Salários e encargos:

	31/03/2023	31/03/2022
Provisão de participação nos lucros e resultados	6.389	5.678
Provisão de férias e encargos	7.671	6.316
Provisão de 13º salário e encargos	1.295	1.011
Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS")	427	349
Plano de Previdência Privada - Vexty - nota 21	165	111
Outros	1	–
	15.948	13.465

18. Tributos a recolher e parcelados:

a) Tributos a recolher:	31/03/2023	31/03/2022
Instituto nacional de seguro social - ("INSS")	2.554	1.606
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	3.307	3.714
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	262	197
Programa de integração social - ("PIS")	719	803
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")	1.735	859
Demais tributos a recolher	249	337
	8.826	7.516
Passivo circulante	(3.064)	(4.294)
Passivo não circulante	5.762	3.222

Parte substancial dos tributos a recolher tem exigibilidade suspensa, decorrente de processos judiciais onde há a concessão de medida liminar, tutela antecipada, depósito judicial ou sentença proferida que afasta a exigência da cobrança de crédito tributário, assim como na esfera administrativa a qual possui defesa ou recurso ainda com julgamento pendente, situações em consonância com o previsto pelo art. nº 151, do CTN. b) Tributos parcelados: Os tributos parcelados foram classificados entre circulante e não circulante com base na exigibilidade das parcelas.

	31/03/2023
Refis nº 1/2023 - Programa Litígio Zero ("PRLF") (i)	5.327
Passivo circulante	5.327

(i) Em 29 de março de 2023 a Companhia aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF"), junto à Receita Federal do Brasil, medida excepcional de regularização fiscal por meio da realização da transação resolutiva de litígio administrativo tributário, no âmbito das regras estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023, tendo como benefício a redução do valor dos juros e das multas, no limite de até 65% do valor atualizado de cada litígio, a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido de até 70% sobre o saldo devedor e o parcelamento do saldo remanescente em até 9 parcelas, mensais e consecutivas. A primeira parcela do parcelamento foi paga na adesão ao programa, e as demais parcelas serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, com vencimento final em 30 de novembro de 2023. **19. Adiantamentos de clientes:** Em 31 de março de 2023 e 2022, os montantes registrados no passivo circulante, na conta "Adiantamentos de clientes", se referem, substancialmente, a adiantamentos para entrega futura de energia para leilão. Quando aplicável, os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes são apresentados pelo valor líquido.

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Adiantamentos de clientes - no Brasil:			
- clientes		922	1.365
- partes relacionadas	10(a)	1	1
		923	1.366
Passivo circulante		(922)	(1.366)
Passivo não circulante		1	–

20. Patrimônio líquido: a) Reapresentação dos saldos correspondentes do patrimônio líquido de 31 de março de 2022 e de 2021.Após a emissão das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2022 e de 2021, a administração identificou ajustes à demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, conforme abaixo ilustrado:

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de março de 2021 (anteriormente apresentado)	1.044.344	2.945	355.638	(828.182)	**574.745**
Compensação de reservas de lucros e reservas de incentivos fiscais	–	–	(355.638)	355.638	–
Saldos em 1º de abril de 2021 (reapresentado)	**1.044.344**	**2.945**	–	**(472.544)**	**574.745**

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de março de 2022 (anteriormente resentado)	1.044.344	2.945	418.051	(671.627)	**793.713**
Compensação de reservas de lucros e reservas de incentivos fiscais	–	–	(418.051)	418.051	–
Saldos em 31 de março de 2022 (reapresentado)	**1.044.344**	**2.945**	–	**(253.576)**	**793.713**

O ajuste decorre da identificação de constituição indevida de reservas de incentivos fiscais (subvenções estaduais para investimentos) em razão da Companhia apresentar prejuízos acumulados, sendo que o Artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 determina que as reservas de lucros (incluindo as reservas de incentivos fiscais), devem ser absorvidas pelos prejuízos contábeis apurados, fato que não foi anteriormente observado, devendo a Companhia recompor as referidas reservas futuramente, na medida em que forem apurados lucros nos períodos subsequentes. b) Capital social: O capital social subscrito da Companhia é de R$ 1.044.344, dividido em 93.432.472.283.522 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da controladora direta da Companhia, Atvos Agroindustrial Participações S.A.; c) Reservas de lucros Reserva legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76, quando aplicável. Em 31 de março de 2023 não há reserva constituída face os prejuízos acumulados pela Companhia. d) Destinação do resultado: De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. Especificamente para a Companhia, independente da disponibilidade de lucro para distribuição, a PRJ inibe este tipo de pagamento aos acionistas. e) Resultado por ação: De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	128.990	218.968
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	93.432.472.284	93.432.472.284
Lucro básico e diluído por ação - em Reais	0,000001	0,000002

21. Planos de previdência privada: A Companhia mantém convênio de adesão com a VEXTY, entidade fechada de previdência privada, instituída pela antiga controladora Novonor, constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A VEXTY proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da VEXTY estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 297 integrantes em 31 de março de 2023 (186 integrantes - 2022). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2023 somaram R$ 584 (R$ 436 - 2022) e dos participantes R$ 1.250 (R$ 808 - 2022). Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

22. Imposto de renda e contribuição social:

a) Composição dos saldos:	Imposto de renda 31/03/2023	Imposto de renda 31/03/2022	Contribuição social 31/03/2023	Contribuição social 31/03/2022
Créditos				
Prejuízos fiscais e bases negativas (ii)	764.545	761.059	755.426	756.910
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	12.408	19.618	12.408	19.618
Provisão para participação nos lucros e resultados	6.389	5.678	6.389	5.678
Direito de uso e passivos de arrendamento	14.469	12.800	14.469	12.800
Provisão para perdas de crédito esperadas	808	1.102	808	1.102
Provisão para perdas por redução ao valor realizável dos estoques	2.129	3.315	2.129	3.315
Provisões diversas (iv)	1.286	76	1.286	76
Outros	271	–	271	–
Total base de créditos	802.305	803.648	793.186	799.499
Crédito tributário registrado (i)	10.930	11.260	3.935	4.054
Crédito tributário não registrado	189.646	189.652	67.452	67.901
Débitos				
Diferenças temporárias:				
Depreciação Acelerada incentivada (iii)	(135.727)	(111.352)	(135.727)	(111.352)
Amortização de ágio	(4.491)	(4.212)	(4.491)	(4.212)
Valor justo do ativo biológico	(9.028)	(38.428)	(9.028)	(38.428)
Valor justo de aplicações financeiras	–	(353)	–	(353)
Provisões diversas (iv)	(972)	–	(972)	–
Total base de débitos	(150.218)	(154.345)	(150.218)	(154.345)
Débitos diferidos totais registrados (34%)	(37.555)	(38.586)	(13.520)	(13.892)
Total líquido classificado no passivo não circulante	**(26.625)**	**(27.326)**	**(9.585)**	**(9.838)**

(i) Em 31 de março de 2023, considerando a expectativa da administração e de acordo com as premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa, a Companhia mantém impostos diferidos ativos registrados até o limite de realização, com base nas projeções futuras de lucro tributável e limitando os valores de realização ao limite de reversão das diferenças temporárias passivas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. (ii) Conforme nota explicativa nº 18(b)i, em 29 de março de 2023 a Companhia aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF"), junto à Receita Federal do Brasil, medida excepcional de regularização fiscal por meio da realização da transação resolutiva de litígio administrativo tributário, no âmbito das regras estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023, tendo como benefício a possibilidade de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido de até 70% sobre o saldo devedor. A Companhia utilizou o montante total de R$ 41.129 mil de base de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, amortizando R$ 13.984 mil do saldo devedor do parcelamento na adesão ao programa. (iii) A Companhia utiliza o benefício da depreciação acelerada incentivada rural, prevista no art. 314 do Decreto nº 3.000/99, que consiste no aproveitamento fiscal integral, no próprio ano, dos gastos incorridos com formação da lavoura de cana-de-açúcar e aquisição de implementos agrícolas registrados no ativo imobilizado. (iv) Refere-se substancialmente às provisões de receitas de energia, as quais são registradas por competência e faturadas no mês subsequente. b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social:

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.052	244.117
IR e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	**(38.778)**	**(83.000)**
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
- Equivalência patrimonial	17	31
- Subvenção estadual	36.535	35.894
- Vendas de CBIOs	16.089	7.503
- Crédito Outorgado Emenda Const. nº 123 - Nota 9	1.284	–
- Outras exclusões/(adições) permanentes, líquidas	(305)	(1.101)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos (utilizados)	(13.888)	15.524
- Refis - Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF") Nota 22 a ii	13.984	–
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**14.938**	**(25.149)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	**-13,1%**	**10,3%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	(17.603)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.938	(7.546)

23. Compromissos: Na data das demonstrações financeiras atuais a companhia tem compromisso de comercialização para safras futuras etanol e energia elétrica, conforme apresentado abaixo:

	até um ano	de dois a três anos
Energia (MWh)	227.760	227.760
Etanol (m³)	138.686	27.346

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui volumes de energia contratados que estão inseridos às regras dos Leilões de Energia de Reserva ("LER"), com prazo de fornecimento previsto até 2024, os quais preveem antecipações mensais dos volumes contratados pela Comercializadora de Energia, os quais, caso o vendedor não atenda em sua totalidade esses volumes, é realizado o "Ressarcimento" do valor equivalente aos volumes não entregues. E, caso o volume entregue seja inferior a 90% do contratado, o "Ressarcimento" será o valor do montante não entregue, majorado em 15%. A apuração da entrega é feita ao final de cada safra. A Companhia ainda encontra-se em fase de negociação de outros contratos de renovação de serviços de transporte de etanol, e de transbordo e transporte de cana-de-açúcar para a próxima safra. Consequentemente, na data de encerramento destas demonstrações financeiras, os respectivos compromissos não puderam ser mensurados para divulgação. **24. Provisões para contingências:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais. a) Provisionadas: A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	31/03/2023	31/03/2022
Processos trabalhistas	11.153	16.208
Processos cíveis	1.013	2.168
Processos ambientais	164	143
Processos tributários	78	1.099
Passivo não circulante	12.408	19.618

As movimentações das contingências provisionadas no período estão apresentadas conforme segue:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e ambientais	Total
Saldo em 31 de março de 2021	**913**	**13.818**	**8.620**	**23.351**
Adições	186	5.226	544	5.956
Reversões	–	(608)	(748)	(1.356)
Utilizações	–	(2.228)	(6.105)	(8.333)
Saldo em 31 de março de 2022	**1.099**	**16.208**	**2.311**	**19.618**
Adições	80	2.809	96	2.985
Reversões	(1.101)	(4.791)	(1.181)	(7.073)
Utilizações	–	(3.073)	(49)	(3.122)
Saldo em 31 de março de 2023	**78**	**11.153**	**1.177**	**12.408**

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte: *Processos trabalhistas:* As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) tempo à disposição; (ii) diferença de horas extras; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; e (v) descanso semanal remunerado. Em 31 de março de 2023, a Companhia era parte envolvida em 199 processos trabalhistas (226, em 31 de março de 2022), com prognóstico de perda provável e passíveis de provisão. *Processos cíveis e ambientais:* Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) sanções administrativas ambientais decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja validade está sendo questionada judicialmente, para as quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; (iii) honorários de êxito (sucumbência) a serem pagos aos advogados da parte contrária contratados para defesa dos respectivos processos. Destaca-se: (i) Em 12 de julho de 2010 a Companhia foi citada para responder ação indenizatória em face da rescisão do contrato de prestação de serviços de preparação de solo para cultivo de cana-de-açúcar, firmado em 27 de março de 2009. O processo está em fase recursal aguardando decisão nas instâncias superiores, e, em 31 de março de 2023, encontra-se registrado pelo montante de R$ 880 (R$ 1.977 em 31 de março de 2022). *Processos tributários:* Referem-se a: (i) honorários de êxito. b) Não provisionadas: A Companhia é parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade possível (ou possível com viés de remoto à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento sobre Tributos sobre o Lucro), pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. Referidas contingências e riscos não provisionados incluem:

	31/03/2023	31/03/2022
Processos tributários	73.759	88.874
Processos cíveis	1.817	1.224
Processos trabalhistas	182	5.671
Processos ambientais	4.114	2.623
	79.872	98.392

Processos trabalhistas: Em 31 de março de 2023, a Companhia era parte envolvida em 11 (84, em 31 de março de 2022), processos trabalhistas com prognóstico de perda possível. As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) tempo à disposição; (ii) diferença de horas extras; (iii) intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; e (v) descanso semanal remunerado. *Processos cíveis e ambientais:* Dentre as demandas cíveis e ambientais consideradas como perda possível, destacam-se: Em 21 de julho de 2021 a Companhia foi citada para responder ação de cobrança ajuizada pela Caldesoft com pedido de ressarcimento de danos materiais e morais que teria sofrido no bojo do Contrato de prestação de serviços de caldeiraria pela Autora à Ré. O processo está em fase postulatória instrutória, com pedido de reconvenção, e em 31 de março de 2023 o montante total envolvido no processo é de R$ 922 (R$ 641 em 31 de março de 2022); e Em 27 de agosto de 2020 a Companhia foi autuada pela suposta conduta do uso de fogo em área agropastoril sem a devida autorização do órgão ambiental, sendo imposta a sanção de multa. O processo administrativo aguarda a análise da defesa e respectiva decisão do órgão e, em 31 de março de 2023 o montante total envolvido no processo é de R$ 1.491 (R$ 1.043 em 31 de março de 2022). *Processos tributários:* Dentre as demandas tributárias consideradas como perda possível ou possível com viés de remoto, destacam-se: a) Cobrança de ICMS em decorrência de presunção de realização de operações internas, de aplicação do regime administrativo cautelar nas operações no Mato Grosso, cobrança de DIFAL, creditamento indevido - uso e consumo, falta de recolhimento por erro de apuração e sobre exportações supostamente não comprovadas, no montante de R$ 23.297 em 31 de março de 2023 (R$ 20.348, em 31 de março de 2022); (b) Declarações de compensação, pedidos de ressarcimento não homologados e multa isolada de 50% envolvendo o crédito de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais, decorrentes de saldos negativos, créditos proporcionais à receita bruta de exportação, indedutibilidade de despesas e insumos cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil. As manifestações de inconformidades, impugnações e recursos voluntários relacionados aguardam o julgamento. O total envolvido nos processos é de R$ 45.416 em 31 de março de 2023 (R$ 41.649, em 31 de março de 2022); e (c) Processo de cobrança de multa isolada preconizada pelo inciso II, alínea "b", do art. 44 da Lei nº 9.430/96, em virtude do não recolhimento das estimativas mensais de IRPJ e da CSLL. Os valores das penalidades aplicadas alcançam o montante total de R$ 5.045 em 31 de março de 2023 (R$ 4.486, em 31 de março de 2022). c) Depósitos Judiciais: Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, apresentados no ativo não circulante.

	31/03/2023	31/03/2022
Processos tributários (i)	6.197	2.171
Processos cíveis (ii)	14.520	737
Processos trabalhistas	5.115	5.008
Outros	178	–
	26.010	7.916

(i) Refere-se substancialmente à ação de superveniência para exclusão dos valores de ICMS da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS. Após reversão da tutela anteriormente alcançada, a empresa passou a depositar em juízo os valores até desfecho final da discussão. (ii) Refere-se, substancialmente, à garantia dada em processo de execução fiscal, em que a Companhia é ré, nos autos em que discute multa aplicada por órgão fiscalizador ambiental, e concursalidade de tal crédito ao PRJ, no montante de R$ 13.827 mil.

25. Receita operacional líquida:	31/03/2023	31/03/2022
Receita bruta		
- Mercado interno	1.182.680	1.296.689
	1.182.680	1.296.689
Tributos sobre vendas	(22.777)	(75.234)
Frete sobre vendas	(18.063)	(12.310)
Armazenagem	(4.646)	(295)
Devoluções	(2.018)	(5.790)
	1.135.176	1.203.060

26. Despesas e custos dos produtos vendidos por natureza:

	31/03/2023	31/03/2022
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(302.807)	(357.481)
Despesas com pessoal	(89.593)	(87.136)
Serviços de terceiros	(40.997)	(38.151)
Materiais para revenda	(12.830)	(20.801)
Taxas e encargos de energia	(26.010)	(14.775)
Outras despesas	(5.586)	(3.116)
	(477.823)	(521.460)
Depreciações e amortizações:		
da planta portadora	(70.538)	(72.739)
de ativos biológicos colhidos	(127.010)	(87.587)
de direito de uso	(101.294)	(104.346)
de ativos tangíveis e intangíveis	(110.131)	(93.835)
do valor justo da planta portadora	–	(3.988)
	(408.973)	(362.495)
Variação do valor justo do ativo biológico	9.028	38.428
	(877.768)	(845.527)
Classificados em:		
Custo dos produtos vendidos	(823.887)	(782.300)
Despesas com vendas	(960)	(1.153)
Despesas administrativas e gerais	(52.921)	(62.074)
	(877.768)	(845.527)

27. Outras despesas operacionais, líquidas	31/03/2023	31/03/2022
Outras receitas:		
Reversão para perdas de crédito esperadas	295	–
Venda de ativos imobilizados, líquidas (iii)	1.017	–
Sinistros	1	948
Reversão passivos contingentes - Nota 24(a)	7.210	3.733
Receitas de superveniências (ii)	–	2.481
Outras receitas	606	156
	9.129	7.318
Outras despesas:		
Efetivação de perdas em títulos a receber	(693)	–
Multa ANEEL (i)	(3.485)	–
Multas não recorrentes (iv)	(11.741)	(737)
Efetivação de perdas em processos judiciais	(2.025)	(10.538)
Baixa do valor residual de ativos (iii)	(1.076)	(1.549)
Indenizações pagas	–	(1.631)
Outras despesas	(1)	(1.126)
	(19.021)	(15.581)
	(9.892)	(8.263)

(i) Refere-se às multas pagas pelo não cumprimento dos volumes mínimos de faturamento de energia na modalidade Leilão de Energia de Reserva (LER). (ii) A Companhia registrou durante a safra 21/22 créditos tributários extemporâneos de PIS, COFINS e INSS, referente aos últimos cinco anos de determinadas operações. Substancialmente, o crédito registrado é referente ao direito de recuperação de PIS e COFINS sobre as despesas com transporte e alimentação de seus colaboradores. (iii) No decorrer da safra 21/22 a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico de suas máquinas e equipamentos agrícolas. Com a conclusão dos trabalhos a administração da Companhia identificou ativos não localizados, os quais foram baixados no exercício por não ser possível identificar quando tais ativos teriam sido vendidos/subtraídos. (iv) Refere-se, substancialmente, conforme nota explicativa nº 18(b)i, à adesão da Companhia ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF"), junto à Receita Federal do Brasil, medida excepcional de regularização fiscal por meio da realização da transação resolutiva de litígio administrativo tributário, no âmbito das regras estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023, onde, 3 processos tributários classificados até então como perda possível foram aderidos ao programa e reconhecidos o saldo devedor inserido ao programa no montante total de R$ 19.977 mil.

28. Resultado financeiro, líquido:	31/03/2023	31/03/2022
Receitas financeiras:		
Juros ativos	667	197
Variação monetária ativa	148	74
Rendimento com aplicações financeiras	27.176	6.275
Ajuste a valor de mercado	–	340
Outras receitas financeiras	–	11
	27.991	6.897
Despesas financeiras:		
Juros passivos e variação monetária passiva	(114.644)	(82.857)
Ajuste a valor presente	(33.369)	(19.642)
Amortização de custos de transação	(534)	(666)
Tributos e encargos sobre operações financeiras (i)	(9.821)	(387)
Despesas e comissões bancárias	(262)	(236)
Ajuste a valor de mercado	(626)	–
Outras despesas financeiras	(2.249)	(8.354)
	(161.505)	(112.142)
	(133.514)	(105.245)

(i) Refere-se, substancialmente, conforme nota explicativa nº 18(b)i, à adesão da Companhia ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF"), junto à Receita Federal do Brasil, medida excepcional de regularização fiscal por meio da realização da transação resolutiva de litígio administrativo tributário, no âmbito das regras estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023, onde, 3 processos tributários classificados até então como perda possível foram aderidos ao programa e reconhecidos o saldo devedor inserido ao programa no montante total de R$ 19.977 mil. **29. Cobertura de seguros:** Os seguros da Companhia são contratados conforme política estabelecida pela Administração e garantias vigentes. Em 31 de março de 2023, a Companhia integra o programa de seguro operacional com as seguintes coberturas/apólices: (i) Riscos operacionais - "All Risks" (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como Lucros Cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de dano material coberto pela apólice) com limite máximo de indenização de R$ 1.250.000, sendo o valor em risco de Mercado consolidado de R$ 1.759.180; (ii) Responsabilidade Civil Geral, com limite máximo de indenização de R$ 80.000 por evento e limite agregado anual de R$ 160.000; (iii) Riscos diversos de máquinas e equipamentos agrícolas, com valor em risco depreciado de R$ 25.931; (iv) Danos materiais da frota veicular, ao valor de mercado; (v) D&O (Responsabilidade Civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros), com limite máximo de indenização de R$ 150.000 (apólice primária + excesso); (vi) Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo (RETA), com limite máximo de indenização de R$ 674; (vii) Responsabilidade Civil Ambiental durante o Transporte de produtos, com limite máximo indenizável de R$ 1.000; (viii) Transporte Nacional, com valor em risco de R$ 580.955; (ix) Seguro garantia, com valor em risco de R$ 16.733; (x) Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética, com limite máximo de indenização de R$ 10.000. A administração considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A avaliação da razoabilidade dos seguros contratados não é escopo do trabalho dos auditores. **30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros. Se necessário, instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros, assim como a adoção da prática da contabilidade de *hedge*. **30.1. Riscos de mercado:** a) Risco cambial: A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas. O Grupo Atvos está exposto diretamente à variação cambial relativa principalmente a valores a receber resultante de receitas de exportação e dívidas contratadas indexadas em moeda estrangeira, substancialmente em dólares americanos, assim como indiretamente pelo impacto em certos custos de produção relacionados a insumos agrícolas indexados nesta moeda. Se necessário, esse risco é administrado, por meio na contratação de ("NDFs - *Non deliverable forwards*") e/ou contratos de *swaps*. Cabe ressaltar que as decisões são tomadas a partir do resultado líquido da exposição cambial (ativos menos passivos). As operações, quando efetuadas, são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, entretanto, em 31 de março de 2023 e de 2021 não havia instrumentos financeiros contratados desta natureza. *Ativos e passivos expostos à variação cambial:* Em 31 de março de 2023 a Companhia especificamente não possuía saldos em aberto em moeda estrangeira. b) Risco de volatilidade no preço de açúcar e etanol: A Companhia está exposta à variação do preço do açúcar no mercado internacional relativo, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto. À variação do preço de açúcar é gerenciada ativamente por meio de contratos futuros e de opções de Sugar #11 na bolsa de mercadorias futuras de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY). Conforme Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, a administração da Companhia está autorizada a contratar operações de fixação de preço de açúcar lastreadas em até 100% da produção prevista para a safra corrente e até 50% da produção da safra seguinte. Adicionalmente, a Companhia está exposta à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessária, é feita por meio de instrumentos financeiros que tenham aderência e correlação direta ou indireta com os preços de etanol ou contratos futuros de Etanol Hidratado na bolsa de mercadorias futuras da BM&F-Bovespa. Em 31 de março de 2023 e 2022, a Companhia não possuía contratos em aberto e futuros, opções ou swap, bem como não possuíam resultado represado no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial. c) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas, sendo que parte substancial da alavancagem teve sua atualização monetária e indexação, quando aplicável, fixadas em razão da PRJ (Nota 16). Para esses empréstimos, ocorre uma mitigação natural de parte importante do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, e que as dívidas vinculadas ao PRJ também têm indexações pós-fixadas (principalmente CDI e IPCA). d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado: Para a análise de sensibilidade do exercício findo em 31 de março de 2023, a Companhia considerou no cenário provável as taxas de juros projetadas dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, conforme taxas abaixo (fonte Boletim Focus). Os demais cenários considerados foram o aumento ou redução de 25% e 50% sobre o cenário provável. O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças das taxas de juros:

	Fator de risco	Taxas utilizadas	Exposição	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário possível 50%	Cenário possível -25%	Cenário possível -50%
Aplicações financeiras - Nota 5(a)	100%CDI	9,90%	237.540	23.829	5.957	11.915	(5.957)	(11.915)
Aplicações financeiras - Nota 5(b)	100%CDI	9,90%	2.201	221	55	111	(55)	(111)
Empréstimos e financiamentos	100%CDI	9,90%	(7.712)	(763)	(191)	(382)	191	382
Empréstimos e financiamentos	115%CDI	9,90%	(631.684)	(71.917)	(17.979)	(35.959)	17.979	35.959
Empréstimos e financiamentos	IPC-A	4,13%	(369.804)	(15.273)	(3.818)	(7.637)	3.818	7.637
Impacto adicional no resultado do exercício				**(63.903)**	**(15.976)**	**(31.952)**	**15.976**	**31.952**

30.2. Risco de crédito: A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **30.3. Risco de liquidez:** O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo. O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreados em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2023				
Fornecedores	89.561	2.248	–	91.809
Empréstimos e financiamentos	61.502	250.550	698.939	1.010.991
Passivos de arrendamento	91.036	208.352	158.431	457.819
Partes relacionadas (i)	16.909	–	–	16.909
Adiantamentos de clientes	922	1	–	923
Outros débitos	–	1	–	1
	259.930	**461.152**	**857.370**	**1.578.452**
Em 31 de março de 2022				
Fornecedores	92.625	33.221	–	125.846
Empréstimos e financiamentos	16.985	220.925	715.929	953.839
Passivos de arrendamento	107.577	242.019	110.233	459.829
Partes relacionadas (i)	13.187	–	–	13.187
Adiantamentos de clientes	1.366	–	–	1.366
Outros débitos	92	1	–	93
	231.832	**496.166**	**826.162**	**1.554.160**

(i) Os saldos a vencer a menos de um ano referem-se a operações com partes relacionadas originadas após o PRJ.

30.4. Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (*leverage*), representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio. O capital de terceiros, que compreende a dívida líquida (*net debt*) da Companhia, é calculado considerando o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado (líquidos de custo de transação), reduzido de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento. O capital não é administrado no nível individual da controladora, somente no consolidado. **30.5. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros:** a) Classificação: A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Classificação	31/03/2023	31/03/2022
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	257.310	223.907
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	2.201	2.166
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	27.245	12.935
Depósitos judiciais	Custo amortizado	26.010	7.916
Partes relacionadas	Custo amortizado	201.478	182.136
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	Custo amortizado	6.349	8.493
Total dos ativos		520.593	437.553
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	91.809	125.846
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.010.991	953.839
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	457.819	459.829
Partes relacionadas	Custo amortizado	16.909	13.187
Adiantamentos de clientes	Custo amortizado	923	1.366
Outros débitos	Custo amortizado	1	93
Total dos passivos		1.578.452	1.554.160

continua ★

Publicado no Site https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal/
Edição do dia: 22/08/2023

CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147 Assinado de forma digital por CORREIO DO ESTADO LTDA:03119724000147
Dados: 2023.08.21 17:41:01 -04'00'